



CÓDIGO COMPLIANCE SULAMÉRICA

CAPÍTULOS

LEGISLAÇÃO

1. LEGISLAÇÃO	
1.1. LEI N.º 9.613, DE 3 DE MARÇO DE 1998 – LAVAGEM DE DINHEIRO	43
1.2. RESOLUÇÃO BACEN N.º 2554, DE 24 DE SETEMBRO DE 1998 – SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS	43
1.3. CIRCULAR BACEN N.º 3461, DE 24 DE JULHO DE 2009 – LAVAGEM DE DINHEIRO	43
1.4. CARTA CIRCULAR BACEN N.º 3542, DE 14 DE MARÇO DE 2012 – LAVAGEM DE DINHEIRO	43
1.5. INSTRUÇÃO CVM N.º 301, DE 16 DE ABRIL DE 1999 – LAVAGEM DE DINHEIRO	44
1.6. CIRCULAR SUSEP N.º 249, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2004 – SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS	44
1.7. CIRCULAR SUSEP N.º 253, DE 12 DE MAIO DE 2004 – QUESTIONÁRIO DE RISCO	44
1.8. RESOLUÇÃO CNSP N.º 118, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2004 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE E CRIAÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA	44
1.9. CIRCULAR SUSEP N.º 280, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004 – RELATÓRIOS CIRCUNSTANCIADOS SOBRE A ADEQUAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS E SOBRE O DESCUMPRIMENTO DE DISPOSITIVOS LEGAIS E REGULAMENTARES	44
1.10. RESOLUÇÃO NORMATIVA ANS N.º 117, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2005.	44
1.11. CIRCULAR SUSEP N.º 344, DE 27 DE JUNHO DE 2007 – CONTROLES INTERNOS ESPECÍFICOS PARA A PREVENÇÃO CONTRA FRAUDES	44
1.12. CIRCULAR SUSEP N.º 445, DE 02 DE JULHO DE 2012 – CONTROLES INTERNOS ESPECÍFICOS PARA A PREVENÇÃO E COMBATE DOS CRIMES DE "LAVAGEM" OU OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES	45
1.13. LEI N.º 12.683, DE 09 DE JULHO DE 2012 – LAVAGEM DE DINHEIRO	45

1. LEGISLAÇÃO

Para o efetivo cumprimento das exigências do Programa de Legal Compliance é importante observar e cumprir as normas internas, o Código de Conduta Ética e demais legislações aplicáveis em vigor:

As normas internas e o Código de Conduta Ética encontram-se disponíveis no Portal do Funcionário.

1.1. LEI N.º 9.613, DE 03 DE MARÇO DE 1998 – LAVAGEM DE DINHEIRO

Dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências.

1.2. RESOLUÇÃO BACEN N.º 2554 , DE 24 DE SETEMBRO DE 1998 – SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS

Dispõe sobre a implantação e implementação de sistema de controles internos.

1.3. CIRCULAR BACEN N.º 3.461, DE 24 DE JULHO DE 2009 – PREVENÇÃO E COMBATE ÀS ATIVIDADES RELACIONADAS COM OS CRIMES PREVISTOS NA LEI N.º 9.613/98

Consolida as regras sobre os procedimentos a serem adotados na prevenção e combate às atividades relacionadas com os crimes previstos na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.

1.4. CARTA – CIRCULAR BACEN N.º 2826 , DE 4 DE DEZEMBRO DE 1998 – LAVAGEM DE DINHEIRO

Divulga relação de operações e situações que podem configurar indicio de ocorrência dos crimes previstos na Lei n. 9.613, de 03.03.98, e estabelece procedimentos para sua comunicação ao Banco Central do Brasil.

1.5. INSTRUÇÃO CVM N.º 301, DE 16 DE ABRIL DE 1999 – LAVAGEM DE DINHEIRO

Dispõe sobre a identificação, o cadastro, o registro, as operações, a comunicação, os limites e a responsabilidade administrativa de que tratam os incisos I e II do art. 10, I e II do art. 11, e os arts. 12 e 13, da Lei n.º 9.613, de 3 de março de 1998, referente aos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores.

1.6. CIRCULAR SUSEP N.º 249, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2004.

Dispõe sobre a implantação e implementação de sistema de controles internos nas sociedades seguradoras, nas sociedades de capitalização e nas entidades abertas de previdência complementar.

1.7. CIRCULAR SUSEP N.º 253, DE 12 DE MAIO DE 2004.

Estabelece questionário sobre os riscos, em especial os de subscrição, suportados pelas sociedades seguradoras e dá outras providências.

1.8. RESOLUÇÃO CNSP N.º 118, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2004.

Dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as sociedades seguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar e sobre a criação do Comitê de Auditoria.

1.9. CIRCULAR SUSEP N.º 280, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004.

Estabelece procedimentos mínimos a serem observados no relatório circunstanciado sobre a adequação dos controles internos e no relatório circunstanciado sobre o descumprimento de dispositivos legais e regulamentares, produzidos quando da auditoria das sociedades seguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar.

1.10. RESOLUÇÃO NORMATIVA ANS N.º 117, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2005.

Dispõe sobre a identificação de clientes, manutenção de registros e prevê relação de operações e situações que podem configurar indícios de ocorrência dos crimes previstos na Lei n.º 9.613, de 3 de março de 1998, e dá outras providências.

1.11. CIRCULAR SUSEP N.º 344, DE 27 DE JUNHO DE 2007 – CONTROLES INTERNOS ESPECÍFICOS PARA A PREVENÇÃO CONTRA FRAUDES.

Dispõe sobre controles internos específicos para a prevenção contra fraudes.

LEGISLAÇÃO

1.12. CIRCULAR SUSEP N.º 445, DE 2 DE JULHO DE 2012 – CONTROLES INTERNOS ESPECÍFICOS PARA A PREVENÇÃO E COMBATE DOS CRIMES DE "LAVAGEM" OU OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES.

Dispõe sobre os controles internos específicos para a prevenção e combate dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, ou os crimes que com eles possam relacionar-se, o acompanhamento das operações realizadas e as propostas de operações com pessoas politicamente expostas, bem como a prevenção e coibição do financiamento ao terrorismo.

1.13. LEI N.º 12.683 DE 9 DE JULHO DE 2012 – LAVAGEM DE DINHEIRO

Altera a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro.